

A SITUAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO

Ante-Projecto do

Simpósio a ser realizado em 1957, possivelmente em julho, pelo Centro Brasileiro e pelos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais.

O simpósio que se tem em vista foi sugerido, em 1955, pelos cientistas sociais de São Paulo, considerando os debates que, em agosto daquele ano, foram realizados para a definição dos objetivos e fins do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, então em fase de planejamento. O primeiro tema proposto para o simpósio dizia respeito ao problema de "condição provocada" na sociedade. Em seguida se evoluiu para a idéia de analisar e estudar a questão tendo em vista a situação social do Brasil.

Com a instituição oficial dos referidos centros, pelo Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, foi elaborado o seu plano de organização, devidamente aprovado por uma portaria ministerial, de janeiro de 1956. Entre as diretrizes aprovadas para atingir tais fins, figuram as que dizem respeito à análise do processo de desenvolvimento que vem afetando a sociedade brasileira e as que dizem respeito ao estado da escola como fator de progresso, de reajustamento ou de influência nesse desenvolvimento.

Por outro lado, o mesmo documento recomendava que se procedesse a um levantamento das pesquisas sociais já realizadas no Brasil, tendo em vista um programa de ampliação das mesmas para o efeito de se conhecer a situação cultural do país, em suas tendências e origens, relativamente a cada região. Em seguida, se deveria proceder com esses dados a uma interpretação da cultura nacional e das diversas culturas regionais, para o efeito da formulação de uma política institucional, especialmente de referência a educação.

O C.B.P.E., com sede no Rio de Janeiro, já iniciou uma série de estudos e pesquisas relacionados com essas diretrizes básicas, devendo até dezembro do ano corrente apresentar cerca de oito monografias neste sentido.

Todavia, sentimos todos que, com base em estudos já feitos, de modo sistemático ou não, por influência de debates jornalísticos, políticos e outros, muito já se tem dito a respeito da presente realidade brasileira, dos seus problemas e das possíveis soluções para tais problemas. Julgamos, por isso, de todo o interesse discutir, no projetado simpósio, a validade do que já se conhece a respeito da sociedade brasileira, do papel que nela desempenham as instituições educacionais, bem como, à luz do que for julgado válido, formular as mais aceitáveis recomendações no que se refere à nossa política educacional. De par com isso, ficariam igualmente patentes as deficiências de

conhecimento que se tem de Brasil, positivando-se, assim, quais os estudos e pesquisas que se tornam mais necessários e urgentes, o que seria uma admirável contribuição para a programação das próprias atividades do C.B.F.S. e dos C.R. Por outro lado, através dos debates em torno das relações entre a realidade social, tal como é conhecida, e o sistema educacional existente, bem como pelos debates sobre a política educacional mais recomendável à luz de tal conhecimento, chegaríamos a positivar até que ponto, em uma sociedade como a nossa, a educação pode contribuir para orientar e dirigir, se é que tal lhe é possível, o processo de desenvolvimento e mudança.

Assim concebidos os objetivos e as funções do projetado simpósio, julgamos que talvez a melhor maneira de o realizar seria por etapas sucessivas, tais como as que formulamos a seguir:

- (a) Não estabelecer mais que quatro ou cinco temas principais.
- (b) Sobre cada um desses temas, formular uma série de questões objetivas, com base na opinião de vários coordenadores e pesquisadores do C.B.F.S. e do C.R. de São Paulo, de modo a evitar as digressões acadêmicas e a concentrar a atenção no que for julgado de maior importância para o fim em vista.
- (c) Distribuir os temas e as respectivas questões a um grupo não superior a 20 cientistas sociais e educadores, a fim de que os estudem e apresentem comunicações a respeito, tendo em consideração um ou mais temas num prazo não superior a 90 dias. Como os temas são muito vastos e subdivididos em várias questões diferentes, talvez fôsse conveniente, quando se fizer os convites aos cientistas sociais e educadores, atribuir a cada um deles um grupo de questões.
- (d) Mimeografar essas comunicações e distribuí-las entre os 20 participantes para que as apreciem, critiquem e façam sugestões a respeito, por escrito, dentro de 60 dias no máximo.
- (e) Submeter todo o material assim colhido a uma comissão relatora de 4 a 5 membros que, estudando-os, apresentaria uma síntese conclusiva, no prazo de 60 dias, a qual seria objeto de apreciação e debate em reuniões de que participariam quantos tivessem apresentado comunicações e sido para tal convidados.
- (f) Todas as comunicações, a síntese conclusiva da comissão relatora, com as emendas ou correções que resultassem dos debates nas reuniões mencionadas, seriam publicados em um volume, cuja edição deveria ser tal que permitisse sua ampla distribuição por todo o país, aos interessados pelos assuntos nele tratados.

Cremos desnecessário encarecer o valor dessa contribuição, se é que os meios propostos realmente são os melhores para conseguí-la.

No presente documento, mediante a contribuição de alguns pesquisadores e coordenadores do C.S.F.S., pretendemos apresentar as primeiras sugestões relativas aos itens a e b do processo proposto.

Temas e Questões

I. Estrutura e mudança social no Brasil

- a) Estrutura econômica. - O que podemos admitir como relativamente certo, tendo em vista os estudos e debates econômico-sociais do Brasil contemporâneo, a respeito das seguintes questões?
- a-i) Características dominantes, condições, problemas e possibilidades da nossa economia agrária, da economia extrativa e da indústria de transformação;
 - a-ii) o processo de industrialização e suas conseqüências econômicas;
 - a-iii) o comércio de importação e exportação - condições, problemas e possibilidades;
 - a-iv) a questão de lucros e capitalização;
 - a-v) renda nacional, distribuição pelas regiões do país, em face do problema de desenvolvimento;
 - a-vi) inflação, crédito e moeda;
 - a-vii) o problema de financiamento de obras e serviços públicos, em face da nossa estrutura econômica, tendo em vista o que da renda nacional pode ser nisso aplicado, com especial atenção para o financiamento da educação pública.
- b) Estrutura social. - Que se pode admitir como mais provavelmente certo a respeito das seguintes questões?
- b-i) Existência no Brasil das grandes classes sociais em que comumente se estratificam as sociedades humanas depois da revolução industrial, em função de um "status" econômico e de um "status" cultural;
 - b-ii) situação dos trabalhadores rurais - agrícolas, pastores e de atividades extrativas - sua distribuição em sub-grupos ou sub-classes de trabalho;
 - b-iii) os trabalhadores da cidade, sua distribuição em sub-classes de trabalho;
 - b-iv) a existência, a posição e os problemas de uma classe média urbana - o funcionalismo público, os comerciários,

bancários, etc; posição das chamadas profissões liberais e das profissões especializadas em relação a essa classe;

- b-vii) a burguesia urbana e a aristocracia rural - características respectivas, desenvolvimento, tendências, contribuições reais e possíveis para o desenvolvimento do país.
- b-viii) necessidades, exigências e ideais das diferentes classes sociais;
- b-ix) características principais e tendências da mobilidade social no Brasil; possibilidades reais de mobilidade vertical e horizontal; problemas resultantes desses dois tipos de mobilidade; formação das elites dirigentes (sua origem e recrutamento); degradação social (o sub-proletariado das cidades e os párias rurais); possibilidades de mobilidade do negro e dos mestiços;
- b-x) o problema da educação para todos em face da estratificação social; possibilidade dessa educação no Brasil.

c) Situação cultural

- c-i) unidade cultural do Brasil e diversificação regional; áreas culturais e critérios possíveis para a sua delimitação; desenvolvimento das diferentes áreas;
- c-ii) a alimentação do brasileiro, suas características, deficiências, valores, requintes, etc., tendo em vista as possibilidades econômicas, produtivas e tradicionais, nas diferentes áreas, dos diversos grupos ou classes sociais;
- c-iii) o vestuário e a casa, suas características regionais, nas áreas urbanas e rurais, conforme os grupos e classes sociais; variação, padronização e tendências evolutivas;
- c-iv) a família, o casamento, a criação das crianças; nas diferentes áreas regionais, segundo as classes sociais e o "status" econômico; tipos característicos da família brasileira; problemas familiares decorrentes da migração, das mudanças sócio-econômicas em processo, do trabalho feminino e do trabalho do senor; desagregação familiar, desquite ou separação (divórcio de fato, embora não jurídico); os menores abandonados; delinqüência infante-juvenil;

- c-v) a língua, sua unidade nacional, suas variações regionais; apreciação e crítica da posição lusitanista e da posição brasileiroista; variações e diferenciações de linguagem entre as diversas classes sociais, entre os grupos profissionais e os círculos sociais; linguagem familiar, linguagem coletiva e linguagem erudita;
- c-vi) associações e agrupamentos sociais; suas formas regionais e locais; costumes e valores morais; cooperação e rivalidade; grupos de vizinhança, de confraternização, de trabalho cooperativo, de solidariedade e filantropia; agrupamentos e associações religiosas; agrupamentos e associações lúdicas e esportivas; agrupamentos e associações artísticas e científicas;
- c-vii) tecnologia rural e urbana nas diferentes áreas culturais do país; tecnologia de base científica e tecnologia empírica; áreas de acelerado desenvolvimento e de sub-desenvolvimento tecnológico; condições econômicas das diferenças tecnológicas no país; relações entre o analfabetismo, o sub-desenvolvimento econômico e o sub-desenvolvimento tecnológico; relações quantitativas e qualitativas entre os diversos níveis e ramos de ensino no Brasil e a situação de nossa tecnologia; condições reais e funções sociais e culturais do bacharelismo, do intelectualismo literário e acadêmico no Brasil;
- c-viii) publicidade, comunicação e transportes; condições reais e funções culturais e sociais - tendo em vista as diferentes áreas regionais e a estratificação da sociedade brasileira - do livro, dos jornais e outros periódicos, do rádio, dos correios e telégrafos; meios de comunicação e transportes, vias e barreiras à difusão cultural; os rios navegáveis, as estradas de ferro e de rodagem, a cabotagem marítima e o avião, não apenas em sua importância e função econômico-comercial, mas como vias de contactos, difusão e interpenetração cultural.
- c-ix) política e administração: tendências políticas e administrativas do Brasil contemporâneo, tendo em vista - (a) a questão de saturidade política e a cultura popular; (b) organização e conteúdo programático dos partidos políticos; (c) certos fatos marcantes de nossa situação política, como o populismo, a demagogia,

o coronelismo rural, as flutuações políticas das diferentes classes sociais, sobretudo da classe média, etc.; (d) relações entre a política partidária e a administração pública no Município, no Estado e no âmbito nacional; (e) conseqüências do centralismo administrativo e possibilidades da descentralização e do localismo administrativos; (f) a questão tributária e a redistribuição das rendas públicas; (g) possibilidades administrativas que a situação financeira dos Municípios, dos Estados e da União oferece; (h) possibilidades e entraves ao desenvolvimento cultural pela política e administração brasileira, tendo em especial consideração o sistema escolar.

c-x) situação demográfica - crescimento da população brasileira; populações rurais e urbanas; rarefação e concentração demográficas; composição etária da população brasileira; população produtiva e população dependente; migrações internas e variações regionais da situação demográfica; os imigrantes europeus e asiáticos, sua contribuição demográfica, sua nucleação, contribuições culturais, dificuldades e problemas; as relações raciais, a posição do negro e dos mestiços na população brasileira. Possíveis repercussões da situação descrita no sistema institucional de educação.

c-xi) situação higiênica e sanitária - nas diferentes áreas regionais, nas grandes cidades, nas pequenas áreas urbanas, nas áreas rurais e no interior caboclo e sertanejo; as endemias, as chamadas moléstias tropicais, a sub-nutrição e outras questões semelhantes tendo em vista condições climáticas, econômicas e sociais; a mortalidade infantil e longevidade no Brasil, tendo em consideração as classes sociais nas diferentes áreas culturais, o gênero de trabalho e as condições sanitárias em geral. Que relações tem, pode ter e deverá ter o sistema de educação escolar com as questões e problemas tratados?

II. A Situação Educacional e a Realidade Social do Brasil.

a) a escola e a mudança social - De que forma e com que dados já existentes podemos responder às seguintes questões?

a-1) Está a educação institucionalizada atendendo, na sua

organização, no seu conteúdo e na sua prática, à realidade da situação brasileira contemporânea no seu processo de mudança para uma civilização industrial, num desenvolvimento não uniforme, nem harmônico pois que há desequilíbrios sensíveis de uma para outra área do país?

- a-ii) Em face do estado de instabilidade social e econômica determinado pelas mudanças em ato, a educação brasileira se vê ou não tolhida na sua função conservadora - de adaptação das gerações novas à realidade social - ou, então, exerce alguma função dinâmica no sentido de ser processo diretivo ou orientador de uma cultura em mudança?
- a-iii) A educação institucionalizada atinge de preferência as classes superiores da população brasileira, ou consegue ser uma instituição para todas as classes sociais? Como se poderia comprovar uma ou outra das alternativas?
- a-iv) Se é verdade - como se tem dito - que a educação atinge apenas uma parte da classe média e a classe superior, consegue atender a todas as necessidades e exigências culturais delas, ou apenas a uma parte, à que diz respeito à cultura intelectual de fundo literário e de conhecimentos gerais? Como se poderia fundamentar a resposta a esta questão?
- a-v) Contribui a educação de qualquer forma para a mobilidade social ascendente? De que forma e por que meios? São esses meios efetivos, isto é, realmente atuantes? Como e por que?
- a-vi) Tem a educação brasileira, presentemente, qualquer possibilidade de, dentro de cada uma das diferentes classes sociais, promover ou contribuir para o progresso social e a melhoria do padrão de vida dos componentes de cada uma delas? Como e por que meios o consegue, ou porque deixa de o fazer?
- a-vii) Na estratificação social brasileira, em processo, há etnias que tem mais dificuldade de ascensão de uma classe para outra, ou de progresso cultural e de padrão de vida dentro de uma determinada classe? Contribui a educação institucionalizada, de algum modo, para atenuar ou para agravar essa situação? Porque e como?

- a-ix) De que forma e por que meios está a educação brasileira - se é que consegue - atendendo ao problema de especialização das profissões urbanas, decorrente das mudanças econômicas em processo? Em suma, qual a situação do ensino profissional no Brasil contemporâneo?
- a-x) Podemos considerar a escola como um fator de desenvolvimento rural, ou como instituição indiferente aos problemas rurais, principalmente nas áreas subdesenvolvidas do Brasil?
- a-xi) É a nossa escola uma instituição segregada ao contexto social ou é nele integrada segundo um sistema dinâmico de interrelações e interações? Como se fundamentaria uma ou outra das duas alternativas?
- a-xii) Qual a posição da família em relação à escola existente do ponto de vista crítico, de suas necessidades e exigências, isto é, de que esperas e de que alcanças da escola para seus filhos?
- a-xiii) Quais as atitudes mais comuns das crianças e dos jovens em relação à escola, como a consideram, que esperas dela, que alcançam?

b) A Administração da Educação no Brasil.

- b-i) Podemos todos concordar em que a administração pública brasileira se caracteriza por centralismo rígido? Se assim é, quais as repercussões disso em educação? Que problemas e dificuldades oferece ao desenvolvimento da educação, à sua melhor adequação à realidade social e econômica brasileira, ao seu atendimento às necessidades e exigências culturais do nosso povo?
- b-ii) Responsabilidade financeira das administrações municipais, estaduais e federal; razoabilidade ou não do preceito constitucional que determina aos Municípios e aos Estados despesa não inferior a 20% da renda dos impostos com educação; a proporção dos impostos na receita pública dos Estados e Municípios e a proporção das taxas, rendas industriais, e receitas extraordinárias; como devemos considerar a "ação supletiva" da União em matéria de financiamento da educação, conforme preceitos a Constituição; o financiamento das diversas categorias de estabelecimentos escolares públicos; as verbas de pessoal docente, obras, material e admini

tração em educação pública; modalidades especiais de financiamento de educação (fundos, cooperativas, taxas específicas, etc.); participação dos poderes públicos no financiamento do ensino privado; debates e críticas ao sistema brasileiro de financiamento da educação.

- b-iii) O ensino primário, sua organização, seus fins e objetivos no Brasil; deficiências e suas causas; filosofia que o orienta; matrícula, frequência e aproveitamento escolares; ensino primário urbano e ensino primário rural; teorias prevalentes no Brasil a respeito de ruralismo e de urbanismo pedagógicos; a apreciação e crítica dessas teorias.
- b-iv) O professor primário e sua formação; a rede de ensino normal existente; práticas e teorias prevalentes na formação do professor primário; organização, valores e deficiências das escolas normais, como existem; apreciação crítica do decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que pretendeu ser uma lei orgânica de ensino normal para todo o país; validade constitucional ou não desse decreto; possibilidades e dificuldades técnicas e teóricas de uma lei desse tipo; critérios estaduais de ingresso na função docente da escola primária, discussão e apreciação crítica dos mesmos; idem no que se refere aos critérios de promoção do professor primário; relação desses critérios com a eficiência didática.
- b-v) O ensino secundário no Brasil, sua natureza e seus fins; organização e administração do ensino secundário, apreciadas criticamente; o ensino acadêmico e o ensino profissional (organização legal e prática, equivalência, contradições, etc.); o ensino secundário de iniciativa privada, suas virtudes, defeitos e problemas; o professor secundário, sua formação, seu "status" social e econômico, sua eficiência didática, consciência profissional e problemas decorrentes.
- b-vi) O ensino superior no Brasil; apreciação crítica de sua organização e de sua rede; as universidades, sua organização, sua autonomia relativa, seu financiamento, problemas administrativos, técnicos e docentes; o ensino superior público e privado; a questão da proliferação dos cursos superiores e a questão de efici

ênca; o pessoal docente dos cursos superiores, sua formação, sua seleção e seu valor; os problemas da formação das elites dirigentes e das especializações técnico-científica de alto nível em face da realidade de nosso ensino superior; situação do corpo docente dos nossos cursos superiores, tendo em vista a preparação para os estudos superiores nos cursos secundários, a seleção dos candidatos, a eficiência da aprendizagem, as possibilidades de pesquisas, estudos, aplicações práticas e treinamento profissional; equipamento técnico-científico das universidades e das escolas isoladas de ensino superior, etc.

c) Os currículos e programas das escolas brasileiras.

c-1) Os programas e o currículo da escola primária brasileira; como têm sido planejados, executados e transformados; a escola urbana e a escola rural; o problema de sua diferenciação (idéias brasileiras a respeito); problemas do ensino primário - o abandono da escola antes do seu término, as reprovações, etc.; o equipamento didático da escola primária, deficiências existentes, o livro escolar, etc.; as instalações escolares, a super-matrícula, o desdobramento em turnos de poucas horas e suas conseqüências;

c-ii) os programas e o currículo da escola secundária brasileira; organização dos programas, sua viabilidade, dificuldades e problemas; o ensino oral, informativo, e os processos mnemônicos em nossas escolas secundárias; intercorrelação das disciplinas escolares (possibilidades, dificuldades e realizações neste sentido); a questão das matérias obrigatórias e ênfase no ensino de latim (fundamentação da opinião mais comum ou geral a respeito); o ensino das línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol), viabilidade de sua concomitância, dificuldades e problemas; característica do ensino de ciências e de artes na nossa escola secundária, segundo os programas atuais; características e diferenças do ensino secundário público e privado; uniformidade dos programas para todo o Brasil, problemas que ocasiona ou facilidades que oferece; a questão da inspeção federal às escolas secundárias nas condições atuais; a divisão em dois ciclos e bifurcação do segundo ciclo em "clássico" e "científico" (apreciação e crítica); a escola secundária

e o humanismo (como considerar a relação entre essa instituição e a chamada cultura humanista e como conceituar contemporaneamente o humanismo); apreciação e crítica da chamada lei de equivalência dos cursos médios brasileiros;

- c-iii) os cursos superiores, sua organização, sua eficiência docente e científica; a organização das escolas e faculdades, seus currículos, suas possibilidades experimentais e de prática; as faculdades de filosofia, seu objetivo, sua organização, sua eficiência no atendimento desse objetivo, dificuldades e problemas; as especializações técnicas e científicas de alto nível e as possibilidades que para isso oferece o nosso ensino superior; o equipamento científico de nossas faculdades.

III - Fundamentos de uma Nova Política Educacional para o Brasil.

- a) A mudança de estrutura econômica no sentido da industrialização e da mecanização do trabalho agrícola, a reestruturação dos quadros profissionais urbanos e rurais e a educação que esses fenômenos supõem;
- b) a questão das áreas subdesenvolvidas e a função da educação em sua recuperação;
- c) as mudanças visíveis de estrutura familiar no Brasil e as implicações educacionais que delas decorrem;
- d) as relações de classes e de raças e suas conseqüências educacionais;
- e) o papel reservado à educação na orientação e direção das mudanças culturais que se operam no Brasil, atualmente;
- f) como poderíamos caracterizar a classe média brasileira do ponto de vista de suas necessidades e exigências culturais e, portanto, educacionais ou escolares? Teríamos que, para isso, levar em conta fatores regionais, étnicos, econômicos? Quais deles e porque?
- g) Como deveríamos considerar a mesma questão de f em relação às classes trabalhadoras (operários e camponeses)?
- h) Que deveríamos entender por elites brasileiras? Como selecioná-las, prepará-las e formá-las?
- i) Poderemos tentar uma descentralização administrativa da educação; seria viável, entre nós, a municipalização administrativa da educação; que dificuldades ou problemas poderiam ser

criados com uma tentativa dessa espécie? Que vantagens ela criaria para o desenvolvimento funcional da educação no Brasil? Em que posição ou situação ficaria, perante tal descentralização, o ensino privado? O ensino secundário? As Universidades e as faculdades isoladas de ensino superior? Que função teriam o Ministério de Educação e Cultura e as Secretarias Estaduais de Educação? Como seriam aplicados os fundos públicos, municipais, estaduais e federais, que a Constituição obriga a destinar à educação? Em suma, qual seria a melhor forma de administração educacional no Brasil, tendo em vista a nossa realidade social, econômica e cultural?

- j) Em face do que julgar a respeito dos itens anteriores, sobretudo do item 1, qual o sistema que deveríamos adotar para o ensino elementar brasileiro, tendo em vista: (1) obrigatoriedade, número de anos de escolaridade, duração dos períodos diários de aulas, faixa de idade a ser abrangida pela obrigatoriedade; (2) flexibilidade e variação de horários, períodos escolares e extensão da obrigatoriedade escolar, conforme áreas culturais e econômicas; (3) ciclo único de ensino elementar ou divisão em dois ciclos (fundamental e complementar), tendo em vista suas vantagens, desvantagens, possibilidades e dificuldades, extensão desses ciclos (número de anos de cada um), tendo em vista o que se disser em 1 e 2, anteriormente? (4) a questão do currículo e dos programas escolares, como os elaborar e determinar o seu conteúdo capacidade local e regional dessa elaboração; variabilidade e flexibilidades dos programas; o fundamental e o acessório; (5) o currículo das escolas urbanas e rurais bases comuns, diferenças e variação; (6) a medida da aprendizagem, a promoção e a repetência, tendo em vista a questão da obrigatoriedade de frequência, dos mínimos escolares, do princípio de educação para todos e de financiamento e extensão da rede escolar; (7) os problemas de material e equipamento didático das escolas primárias; (8) ligação ou entrosamento do ensino primário com o ensino secundário, tendo em vista os objetivos e fins próprios de um e outro grau de ensino?
- k) A formação do professor primário e suas condições; cursos post-primários ou post-secundários; cursos específicos de formação ou simples especialização e prática posteriores aos cursos comuns; nível único de formação ou dois ou mais níveis, atendendo a dificuldades regionais; mínimos necessários à formação do professor primário, tendo em vista as ne

cessidades culturais e as de experiências e prática pedagógica; diretrizes gerais e regionalização das escolas normais; a questão dos professores das escolas normais e dos institutos de educação, como recrutá-los e como selecioná-los, tendo em vista a possível contribuição de escolas superiores de educação; situação e contribuição possível das escolas de filosofia nesta questão; o problema profissional do professor primário, tendo em vista salários, carreira profissional (remoções e promoções), assistência social e técnico-profissional, etc.; especialização e aperfeiçoamento do professor primário.

- l) O ensino secundário; formas ou modalidades; extensão em número de anos e horários diários; currículo e sua elaboração, flexibilidade, equivalência entre modalidades diferentes, seus mínimos e suas possibilidades de opção; viabilidade de uma forma brasileira da "comprehensive school" norte-americana; divisão em ciclos e função de cada um deles; viabilidade brasileira do novo modelo francês (um ciclo fundamental, de observação psico-sócio-pedagógica e orientação profissional, com um currículo mínimo e alternativas de opções, com a duração de 4 anos - e um segundo ciclo de 3 anos de duração, com quatro possibilidades fundamentais e equivalentes de opção: curso técnico-científico, curso clássico, curso de línguas e letras modernas, curso artístico); posição dos diferentes ensinos técnico-profissionais de nível médio ou secundário, em face da estruturação que se recomendar à escola secundária brasileira; variação e adaptabilidade regional dessa escola; ligação ou entrosamento do ensino secundário com o ensino superior, tendo em vista os objetivos e fins próprios de um e outro nível de ensino.
- m) A formação do professor de ensino secundário; as escolas de filosofia e o estudo em nível superior dos problemas e questões educacionais, suas conseqüências sobre a formação do magistério secundário; a questão dos cursos básicos de formação, isto é, comuns a todos os candidatos ao magistério secundário, e a questão da especialização posterior em setores diferentes do ensino; o problema profissional, salários, carreira do professor secundário, assistência social e técnico-profissional; aperfeiçoamento do professor secundário já em exercício.

- n) Fundamentos, critérios e diretrizes gerais do ensino superior no Brasil, tendo em vista seus diferentes ciclos, a pesquisa e a experimentação científicas, a formação profissional de alto nível, a pesquisa e a experimentação tecnológicas, a liderança social, política e administrativa.
- o) As principais bases e diretrizes filosóficas de um programa educacional para o Brasil, nesta segunda metade do século XI, tendo em vista o universo social, econômico, político e cultural da atualidade.